

Partidos afastaram a agricultura e a PAC da campanha das Legislativas

Págs. IV-V



Reitor da Universidade de Coimbra ignorou a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020

Págs. II-III



Destaques

PDR 2020 com 54,6% de execução e MAR 2020 com 35,2%

Pág. VI

Nestlé vende edifício-sede em Linda-a-Velha e passa de sociedade anónima a unipessoal

Pág. VII

Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Agricultura sim, mas longe da campanha

Com exceção do PAN – Pessoas, Animais e Natureza, que em nenhum recanto do seu programa eleitoral ou nos momentos de debate ou da campanha é capaz de reconhecer - muito menos elogiar - o relevantíssimo papel da agricultura e do agroalimentar para a economia, as finanças, o emprego, a coesão social e do território e a soberania alimentar de Portugal, todos os partidos com assento parlamentar praticam exatamente o oposto.

Clarifiquemos. Praticam exatamente o oposto, na medida em que reforçam o peso económico e o carácter estratégico deste setor e pugnam, através de propostas escritas, pelo seu crescimento e crescente importância económica, social e territorial no futuro.

Isto, pese embora o caminho que – todos aceitam - é obrigatório trilhar em direção a uma visão holística da produção agrícola e da sua gestão e a uma mudança progressiva de paradigma, desde o campo ao armazém ou à fábrica e dos lineares do supermercado ao prato. Tudo, em nome da descarbonização do planeta, da sustentabilidade dos recursos e do combate urgente às causas das alterações climáticas, cujos efeitos são visíveis e não há como negá-los.

Mas há inquietações e paradoxos em tudo isto. E há, sobretudo, um hiato gigante entre o que aparece escrito nos programas dos partidos e o que tem sido discutido em público, nos debates ou no confronto presencial com os cidadãos na rua.

Está à vista: mesmo que tenha havido vacas engalanadas a aparecer em comícios e os candidatos tenham entrado em feiras e mercados, as questões estruturantes que implicam com o presente e o futuro da agricultura, do agroalimentar, das florestas e da economia do mar - incluindo a Política Agrícola Comum (PAC) e de Pescas (PCP) cuja dotação para 2021-2027 é uma incógnita – estiveram ausentes destas Legislativas.

E é grave. Por duas ordens de razões.

A primeira, porque as visões dos partidos sobre as práticas agrícolas e industriais, a posse da terra, a (re)utilização dos recursos naturais ou os (des)apoios nacionais e comunitários são, à direita e à esquerda - contando com o PAN, que diz não estar nem de um lado nem de outro -, nalguns casos, diametralmente opostas. E deviam ter sido exibidas e escalpelizadas, a bem do esclarecimento dos eleitores.

A segunda, pelo peso económico, social e territorial que a agricultura e o agroalimentar assumem no contexto nacional e comunitário e na soberania dos Estados, o que, só por si, deveria suscitar redobrado interesse e, mais ainda, intenso debate.

Não foi assim. Foi triste, e não deveria ser fado.

Os bovinos e as emissões de gases com efeito de estufa – desmistificar e esclarecer



Ana Sofia Santos, engenheira zootécnica, presidente da Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica (APEZ) e membro da Comissão Científica da Federação Europeia de Ciência Animal (EAAP).

As emissões de gases com efeito de estufa (GEE) provenientes do setor animal correspondem a valores que variam entre os 14,5% (FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 2013) e os 4% (EPA - United States Environmental Protection Agency, 2017) do total de emissões de GEE de origem humana.

Note-se que, se considerarmos apenas de ruminantes, as percentagens são de 6,9% (FAO, 2013) e 2% (EPA, 2017). Para Portugal, a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) apresenta valores da contribuição da agricultura para as emissões de GEE de 10%.

Os valores variam bastante, pois as metodologias de cálculo não são universais e os fatores tidos em conta nos cálculos diferem. Apesar destas diferenças, mesmo nos valores mais elevados, mais de 80% das emissões de origem antropogénica têm outra origem não relacionada nem com animais domésticos nem com a produção dos mesmos.

Para todos os efeitos, falar apenas em emissões é redutor. Devemos olhar para o ciclo completo de produção, sendo importante calcular o chamado ‘Life Cycle Assessment’ (LCA). Também aqui, as metodologias de cálculo diferem muito.

Até recentemente, os cálculos eram feitos por balanço ‘input/output’, emissões/quilo de produto (quilo de carne, leite, etc). Esta forma de cálculo já foi demonstrada como tendo falhas graves. Trabalha-se atualmente para introduzir no cálculo a qualidade do produto (valor nutricional) e a alimentação dos animais, entre outros fatores.

Se olharmos aos dados mais recentes que apresentam estas variáveis, ficamos espantados com os valores obtidos, pois alteram de forma significativa a visão atual e algumas ideias pré-concebidas, claramente em desfavor da produção animal. Este aspeto é de suma importância, pois começamos apenas a contabilizar os fatores que podem distinguir os diferentes sistemas.

Para além dos reduzidos níveis de emissões quando comparados com outros setores, chamamos a atenção para o facto de o setor agrícola, em

particular o pecuário, ser responsável direto (pastagens e animais) e indireto (forragens) pela retenção de carbono atmosférico. Mais uma vez, os cálculos e as estimativas da fixação de carbono variam bastante com a metodologia utilizada, o tipo de sistemas considerados, entre outros fatores.

Em Portugal, as pastagens biodiversas têm um potencial de sequestro de cinco toneladas de CO₂/hectare/ano, de acordo com alguns dados publicados. Para não falar na contabilização de outros serviços ecossistémicos que os sistemas de produção animal fornecem, tais como a manutenção do espaço rural, a fixação de populações, a preservação da biodiversidade e, de extrema importância num país mediterrânico em risco de desertificação como Portugal, a prevenção de fogos florestais.

No relatório de agosto de 2019, o painel intergovernamental para as alterações climáticas (IPCC) refere: “diets balanceadas à base de alimentos vegetais (grãos de cereais, legumes e frutas) e alimentos de origem animal, produzidos em sistemas de produção resilientes e sustentáveis representam grandes oportunidades para adaptação e mitigação de efeitos ambientais, gerando simultaneamente grandes benefícios em termos de território, assim como de nutrição e saúde humana”.

Uma maior eficiência de produção geralmente dá origem a uma melhoria económica, um menor impacto ambiental e maior quantidade de alimento. No fundo, os três pilares da sustentabilidade: económico, social e ambiental. O conceito de resiliência remete finalmente para a capacidade de restauração de um sistema. Neste caso, um sistema de produção animal. O cerne da questão está no aumento da eficiência da produção de produtos animais de elevada qualidade nutricional, combinado com elevados padrões de bem-estar animal, impactos ambientais mínimos e viabilidade económica.

Todos estes aspetos são de extrema importância para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental e económica de um país como Portugal.

Reitor da Universidade de Coimbra ignorou a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020

Nas 14 cantinas da Universidade de Coimbra consome-se, por ano, cerca de 20 toneladas de carne de vaca. O reitor anunciou a 17 de setembro, na cerimónia de boas-vindas ao novo ano letivo, que vai banir a oferta de carne de bovino das ementas a partir de janeiro de 2020. Um gesto “simbólico”, em nome da “emergência climática”, que visa diminuir aquela que diz ser “a fonte de maior produção de CO₂ que existe ao nível da produção de carne animal”.

A medida é polémica e passível de ser rebatida. É que Amílcar Falcão esqueceu que é preciso olhar para o ciclo completo de produção animal e calcular o chamado ‘Life Cycle Assessment’ e ainda ignorou o disposto na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 (ENCPE 2020). Um documento que tem como objetivo ajudar os organismos públicos na aquisição de produtos, serviços e obras com impacto ambiental reduzido.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Nas 14 cantinas da Universidade de Coimbra, a partir de 2020 a carne de vaca será substituída por “outros nutrientes que irão ser estudados, mas que será também uma forma de diminuir aquela que é a fonte de maior produção de CO₂ que existe ao nível da produção de carne animal”, anunciou o reitor à comunidade académica.

Amílcar Falcão garante que a decisão foi ponderada, reconhecendo que a carne biológica ou certificada poderia ser uma alternativa, mas que as regras de contratação pública condicionam as opções. “As universidades não podem ir ao talho comprar a carne de melhor qualidade que lá existe. Temos de comprar carne de acordo com as regras de contratação pública. A melhor oferta que tivermos é a que temos de comprar”, justificou.

Ora, não é exatamente assim. As entidades públicas não só não estão impedidas de comprar carne biológica ou certificada ou de raças autóctones e com baixa pegada ambiental como é recomendável que o façam, seguindo os critérios da contratação pública ecológica (CPE) no âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 (ENCPE 2020). Um documento da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), revisto em março deste ano, que visa ajudar os organismos públicos na aquisição de produtos, serviços e obras com impacto ambiental reduzido.

As metas estão traçadas. Preveem que a aquisição de bens e serviços contemplados na ENCPE 2020 pela Administração direta e indireta do Estado inclua 60% de critérios ambientais em 2019-2020 (55% em 2017-2018) e que, no Setor Empresarial do Estado, essa percentagem atinja os 40% no mesmo horizonte temporal

(35% em 2017-2018). As mesmas percentagens aplicam-se ao montante financeiro associado a procedimentos pré-contratuais públicos de aquisição de bens e serviços contemplados na Estratégia.

É certo que a utilização de critérios ambientais nas decisões de compra é voluntário, mas estamos perante recomendações públicas aplicáveis às frutas e legumes, leguminosas, arroz, produtos de aquicultura e de pesca, carne, ovos, laticínios, bebidas e azeite e que é desejável sejam seguidas pelas entidades contratantes. As universidades, por exemplo.

“Aquisição de produtos animais conformes com normas rigorosas de bem-estar animal”

Vejam o que consagra a ENCPE 2020 quanto aos critérios de contratação pública ecológica.

Desde logo, não prevê a abolição da carne, de bovino ou outra. Recomenda é que, para produtos alimentares e serviços de catering, “nos processos de aquisição que envolvam entregas de quantidades significativas de alimentos, deverá ser tida em consideração a otimização ambiental de rotas e horários de entrega”. Por outro lado, “os veículos a utilizar na prestação do serviço de catering deverão ser eficientes em termos ambientais”.

Dentro dos critérios das compras públicas ecológicas, as entidades também devem privilegiar a “aquisição de alimentos produzidos através de práticas de produção integrada”, de “produtos de aquicultura e de pesca produzidos ou capturados de forma sustentável”, de “produtos animais conformes com normas rigorosas de bem-estar animal”, de “produtos da época” e dos “produtos a granel”. Isto, para além da utilização de talheres, pratos, copos e toalhas de mesa reutilizáveis ou de materiais com maior reciclabilidade, de produtos de papel ecológicos, da recolha seletiva de resíduos e formação do pessoal e da minimização da utilização de produtos químicos perigosos e utilização de produtos ecológicos de limpeza e de lavagem da louça.

Nas especificações técnicas dos critérios de seleção para a compra de produtos alimentares, a ENCPE 2020 aponta para que “no mínimo em um grupo específico de produtos alimentares” a fornecer, tais como frutas e legumes, leguminosas, arroz, produtos de aquicultura e de pesca, carne, ovos, laticínios, bebidas e azeite, uma percentagem, não definida, deve ser “proveniente de práticas de produção integrada”. Do mesmo modo, uma percentagem dos mesmos produtos, não definida, “deve ser proveniente de produção biológica” e uma outra percentagem, igualmente não definida, “deve possuir denominações de origem e das indicações geográficas”.

Quanto à carne, a ENCPE 2020 recomenda que uma percentagem de carne “deve ser proveniente de raças autóctones”. Para tal, “basta que o fornecedor apresente certificado, emitido pela enti-

dade certificadora, que comprove a certificação dessa carne”.

“Estranheza”, “perplexidade” e “profunda indignação e preocupação” do setor agropecuário

O anúncio do reitor agradou à Associação Académica de Coimbra (AAC), cujo presidente, Daniel Azenha, vê a medida como “altamente arrojadada” e “importante na consciencialização do meio académico”. Irritou, contudo, os produtores de carne e leite, as confederações de agricultores e as estruturas associativas ligadas à agropecuária.

A CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal foi a primeira a reagir. Mostrou “profunda perplexidade”, falando de “decisões infundadas, baseadas em alarmismos



incompreensíveis”, para mais “tomadas num contexto universitário, espaço de liberdade e de conhecimento”. Frisou, aliás, que as pastagens biodiversas onde pastam os bovinos “fixam mais toneladas de CO₂ do que aquelas que são emitidas” e que “a redução das importações e o desenvolvimento da agricultura e da produção nacional contribuirá para a captura de carbono e a diminuição da pegada ecológica”, ainda “reduzindo o saldo da balança comercial”.

A CNA – Confederação Nacional da Agricultura mostrou “estranheza crítica”, falando de “precipitação” e, até, de “extremismo” do reitor, que “ignora os impactos positivos da produção de carne de vaca para a economia local, regional e nacional e para o ambiente e recursos naturais”, ao mesmo tempo que “ajuda a fixar populações” e a “praticar culturas como prados e silagens que retiram da atmosfera o Anidrido Carbónico – CO₂”.

A FENAPECUÁRIA – Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produtores Pecuários, membro da CONFA-GRI, manifestou “profunda indignação e preocupação”, “repudiando-as veementemente pela falta de rigor e manifesta demagogia”.

A APROLEP – Associação dos Produtores de Leite de Portugal fez “veemente

protesto”, dizendo ser “incompreensível que o reitor de uma universidade com 700 anos de história queira banir um alimento com milhares de anos e que terá contribuído para o desenvolvimento do cérebro dos nossos antepassados”. Lembrou, até, uma declaração recente do “respeitado patologista Sobrinho Simões” quando disse que “ficámos esperetos porque comemos carne”.

André Magalhães, da Terra Maronesa, projeto de valorização da raça autóctone Maronesa, escreveu uma carta aberta ao reitor. Sublinhou que, “desde a publicação pela FAO, em 2006, do relatório ‘Livestock’s Long Shadow: Environmental Issues and Options’, que a pegada ecológica e as emissões de gases de estufa (CO₂ + CH₄) da produção animal

“têm sido

Carne de bovino – a perspetiva nutricional e de saúde



Carla Gonçalves, nutricionista, diretora da Licenciatura em Ciências da Nutrição da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

A inclusão do consumo de carne de grandes mamíferos representa um marco incontornável na história da humanidade, a par, por exemplo, do domínio do fogo.

Pensando na carne de bovino, esta representa atualmente, tal como para os nossos ancestrais, uma boa fonte de proteínas de alta qualidade e uma variedade de micronutrientes importantes.

A carne de bovino representa uma fonte de proteína de elevado valor biológico, isto é, com um perfil de aminoácidos essenciais necessários para adultos e crianças para as necessidades de crescimento, manutenção e reparação dos tecidos. Contém, em média, 20g de proteína por 100g (cru), podendo ser considerada uma boa fonte de proteína.

Em relação ao teor de gordura, este é variável consoante a peça da carne, e o perfil da gordura é maioritariamente saturada e monoinsaturada. O consumo excessivo de gordura saturada está associado ao aumento do colesterol sanguíneo, particularmente do colesterol LDL (“mau colesterol”). Assim, recomenda-se que a ingestão de gorduras saturadas não ultrapasse os 10% do valor energético total. Uma forma de reduzir a gordura saturada da carne é remover as partes de gordura visíveis antes de a confeccionar.

Esta carne fornece uma gama vasta de micronutrientes necessários para a saúde, como, por exemplo, o ferro (1.8mg/100g – que, ao contrário das fontes vegetais, está na forma de absorção com maior eficiência para o humano), o zinco (3.5mg/100g), o fósforo (220mg/100g), e a vitamina B12 (2µg/100g – uma vitamina essencial e cuja forma ativa apenas está presente em alimentos de origem animal e fortificados).

A carne tem a particularidade de manter a maioria das suas propriedades nutricionais depois de cozinhada, podendo, no entanto, a confeção culinária alterar o seu teor em gordura e provocar a formação de certos tipos de produtos químicos cancerígenos. Neste sentido, a confeção sob o método de fritura ou em churrasco, a al-

tas temperaturas ou com a carne em contacto direto com uma chama ou uma superfície quente, deve ser evitada, bem como devem ser rejeitadas as partes carbonizadas da carne antes de consumir.

Atualmente, o consumo de carne de bovino está incluído nas recomendações para uma alimentação saudável da DGS [Direção-Geral da Saúde] e da OMS [Organização Mundial de Saúde], sendo considerada a recomendação de consumo dos alimentos do grupo da carne, pescado e ovos de 45 a 135 g (em cru) por dia, considerando o valor mínimo recomendado para crianças e o valor máximo para homens ativos e rapazes adolescentes, a restante população deve orientar-se pelos valores intermédios, o que normalmente representa 90g.

No entanto, em 2015, a IARC [International Agency for Research on Cancer] fez a recomendação de limitar o consumo de carne vermelha (onde se inclui a carne de bovino), uma vez que existe evidência de que ao consumo diário de mais de 100g de carne vermelha há um aumento de risco de 17% de desenvolvimento de cancro do cólon, sendo que o risco aumenta com a quantidade de carne consumida.

Tendo em consideração que cerca de 22,5% dos portugueses têm um consumo diário superior a 100g de carne vermelha¹ (sendo a porção média de 114g), existe uma clara necessidade de moderação do consumo de carne vermelha, existindo uma parte da população que consome em quantidade e frequência excessiva estes alimentos.

Por outro lado, consumir diariamente alimentos protetores é fundamental para reduzir o risco de cancro do cólon, isto é, consumir fruta e hortícolas em quantidade de, pelo menos, 400g diariamente, para além de cereais integrais.

A recomendação final será de moderar o consumo de carne de bovino, substituir ocasionalmente a carne nas refeições por fontes de proteína vegetal (como feijão, lentilhas ou grão) e consumir diariamente alimentos protetores como fruta e hortícolas.

¹IAN-AF, <https://ian-af.up.pt/>

Agricultura: a grande ausente da campanha eleitoral



Marco Silva, consultor estratégico e de investimentos, analista de mercados e CEO da MTT - Investment Consultants.

Kevin O'Leary é o mais conhecido dos investidores do programa Shark Tank, não apenas porque participou nas versões canadiana e norte-americana, mas porque tem uma característica muito particular: é o que mais 'caro' vende o negócio ou, neste caso, o mais rígido, não se coibindo, no entanto, de oferecer elevadas somas, quando se justifica.

devido, principalmente porque será cada vez mais um setor fundamental num mundo em crescimento demográfico e com menos recursos, nomeadamente hídricos.

É imprescindível que pensemos estrategicamente para a década seguinte, que aproveitemos a disrupção tecnológica que está a ocorrer e que fomentemos as novas tecnologias, que

irão oferecer métodos de produção mais eficazes, mais ecológicos e com potencial para gerar produtos mais saudáveis.

Indo um pouco mais longe, devemos igualmente refletir estrategicamente sobre que produtos devemos apoiar com maior afinco, porque, no final do dia, os produtos, tal como os serviços, não são todos iguais. Há uns com menor e outros com maior valor acrescentado. São os segundos que nos devem prender as atenções, é através da sua produção que será possível aumentar de forma considerável o rendimento médio do setor, com ganhos óbvios para a economia.

Ou seja, não interessa produzir o que outros conseguem produzir com maior valor acrescentado relativo do que nós. Importa, sim, saber extrair o maior rendimento líquido por cada euro de vendas, porque, numa economia globalizada, a questão da independência alimentar não é um fator determinante, salvo algumas exceções, mas sim quem terá mais rendimento para adquirir os alimentos nos vários produtores a nível mundial que os oferecem.

Mas, apesar da fama de 'Tio Patinhas', O'Leary não se faz rogado em investir no que importa, tendo dito recentemente que se deve "investir em comida de qualidade, que a comida é o motor do nosso corpo e que devemos pensar bem no que ingerimos todos os dias".

Isto serve para realçar que, apesar de o setor primário ser o que menos peso tem na economia, é o mais importante, porque sem ele não existem os outros. É ele que nos alimenta.

Por isso é por de mais relevante olharmos para a Agricultura com o respeito que este setor merece. Desde logo, porque deixou de ser o parente pobre da economia. Nos últimos anos, felizmente, o rendimento médio no setor tem crescido substancialmente.

Contudo, e não obstante o que já referi, em vésperas de uma eleição legislativa, a Agricultura é um tema ausente do debate, só havendo ruído relativo a alguns 'faits divers' de desinformação.

Para além disso, convém recordar que estamos prestes a finalizar um quadro comunitário de apoio e a negociar o próximo, com a Agricultura, mais uma vez, a não ter o destaque que é

Partidos afastaram a agricultura e a PAC da campanha das Legislativas

À exceção das alterações climáticas e da descarbonização da economia, as grandes questões da agricultura, do agroalimentar, florestas e economia do mar – incluindo a futura Política Agrícola Comum (PAC) e de Pescas (PCP) cujo envelope está por fechar – estiveram ausentes da campanha e dos debates das Legislativas.

Porque esta é uma vertente económica e social estratégica para o país, e para que o leitor possa complementar a informação e decidir melhor o seu voto, trazemos aqui uma abordagem, necessariamente sucinta, sobre os programas dos partidos com assento parlamentar nessas matérias. A decisão é sua. Vote.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

OPAN – Pessoas, Animais e Natureza está zangado com as práticas agrícolas em Portugal. E diz ser "imprescindível" a "transição para uma agricultura mais sustentável e biológica", uma vez que a atual "assenta em métodos de cultivo intensivos, dependente de fertilizantes, fitofarmacêuticos e de quantidades de água insustentáveis, com enormes impactos negativos no ambiente e saúde humana".

Também a pecuária é alvo de críticas, pois "apresenta impactos negativos no ambiente" devido ao "consumo excessivo de água, contaminação dos recursos hídricos e emissão de gases com efeito de estufa, representando 83% das emissões no setor agrícola". O PAN defende, assim, que é preciso "antecipar as metas de redução" da pecuária, nomeadamente bovinos, até 2030 entre 25% e 50% e "cessar os apoios públicos à produção de carne e leite".

PS: "Estratégia para a Bioeconomia Sustentável 2030"

O Partido Socialista (PS) privilegia a bioeconomia circular, que, na UE, "é uma das peças da Estratégia da Indústria 2030". Em Portugal, estima o PS que a bioeconomia represente "cerca de 43 mil milhões de euros de volume de negócios e 320 mil postos de trabalho". Sendo a agricultura, a floresta e o mar "as principais fontes de material de base biológica", para que estes setores sejam competitivos, têm de "evoluir no seu perfil de circularidade e de descarboni-

zação, dando lugar a uma rede industrial de base biológica, de caráter local, com perfil de inovação e orientada para novos produtos e serviços".

Para o PS, "a par da mitigação e adaptação, o sistema de produção e consumo terá necessariamente de mudar", uma vez que "persistir numa economia linear – que extrai, transforma, vende e deita fora – acarreta uma pesada fatura climática". Quer, pois, uma "Estratégia Nacional para a Bioeconomia Sustentável 2030" e "desenvolver um programa de aceleração da aquacultura sustentável (animal e vegetal)".

PCP: "Uma profunda alteração fundiária"

Nas 114 páginas do programa do Partido Comunista Português (PCP) exige-se "a defesa da produção nacional" e o "desenvolvimento da agricultura e pescas garantindo a soberania alimentar". O PCP quer "uma política agrícola que, a par da racionalização fundiária pelo livre associativismo no Norte e Centro, tenha por eixo central uma profunda alteração fundiária". Isto significa "uma reforma agrária nos campos do Sul, liquidando a propriedade de dimensão latifundiária", de modo a também "condicionar por lei o acesso à terra pelo capital estrangeiro", "travando a exploração intensiva, predadora dos solos e reservas de água e a especulação imobiliária turística".

A par disso, quer um "bom aproveitamento das potencialidades agrícolas do Alqueva e outros regadios. Na UE, o PCP pugna por "uma profunda revisão da Política Agrícola Comum, da Política Comum de Pescas, da Política de Comércio Externo e da política industrial da UE" e exige a revogação dos acordos de livre comércio firmados pela UE, como o CETA ou o UE-Japão.

BE: "Direcionar a PAC para a transição ecológica"

Das 126 páginas do programa do Bloco de Esquerda (BE), o capítulo "Transformar a agricultura e a floresta" ocupa quatro. Tem, depois, mais quatro dedicadas a "Defender a água como recurso ecológico, económico e social", à "Redução do plástico e eliminação do uso único" e a "Responder pelos trabalhadores do mar e pela biodiversidade marinha".

O BE é taxativo: os "constrangimentos socioeconómicos" da agricultura portuguesa e, em especial, "a urgência da sua transformação em resposta às alterações climáticas" exigem "um programa de transição ecológica agroflorestal". O Bloco quer "garantir a transformação do atual modelo, centrado na monocultura e no elevado consumo de água e fatores de produção poluentes, para uma nova agricultura". Depois, ainda quer "direcionar a Política Agrícola Comum (PAC) para a transição ecológica das explorações agrícolas e florestais e de produção animal".

PSD: "Apoio aos jovens agricultores"

Se o Partido Social Democrata (PSD) ganhasse as eleições e Rui Rio viesse a ser primeiro-ministro, o ex-ministro da Agricultura Arlindo Cunha seria o novo ministro da Agricultura.

Para além da criação de uma Entidade Reguladora do Setor Agroalimentar, o PSD quer, antes de mais, "um novo ciclo" que aposte numa "agricultura mais competitiva, diversificada e multifuncional, que promova a ocupação do território e a renovação de gerações". E propõe-se "reforçar a dotação" do próximo PDR 2020-2027 para "apoio aos jovens agricultores". Isto, em paralelo com a criação de um "programa nacional de organização da produção com base nas organizações de produtores [OP] e nas cooperativas de comercialização de produto".

O PSD é claro: quer "uma política agrícola e rural responsável, sustentável do ponto de vista económico e social" e que "deve ter como principais fundamentos produzir mais e melhor, viabilizar a atividade agrícola no seu sentido mais amplo em todo o território, evitar o abandono e a desertificação rural".

CDS: "Uma nova dinâmica no PDR 2020"

O Centro Democrático Social (CDS), liderado pela ex-ministra da Agricultura e Mar Assunção Cristas, acredita "profundamente na nossa indústria agroalimentar, cada vez mais profissional, tecnológica, inovadora, competitiva, sustentável e exportadora – um instrumento essencial para a economia e a fixação de populações".

No programa para as Legislativas, o CDS avisa: "não podemos aceitar políticas públicas que desconsiderem esse papel insubstituível da agricultura, e que, de forma muitas vezes anticientífica, a considerem uma adversária". Quer, por isso, "garantir a estabilidade dos rendimentos", uma "boa execução dos fundos comunitários" e o "desenvolvimento de um sistema de seguros flexível e abrangente que se torne cada vez mais universal". Afirma ainda que o PDR 2020 tem "taxas de execução muito inferiores ao desejável" com "milhares de projetos sem dotação orçamental", pelo que é precisa "uma nova dinâmica" com "efetivo acesso aos fundos comunitários, agilizando a análise das candidaturas e um reembolso rápido das despesas".

Quanto pesam os números da agricultura e agroalimentar na hora de votar?

Em 2018, de acordo com a FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares, a indústria alimentar e bebidas registou um volume de negócios de 16,952 mil milhões de euros (16,791 mil milhões em 2017 e 15,609 mil milhões em 2016). Dá emprego direto a mais de 114 mil pessoas. Esta semana, porém, a Iberinform, filial da Crédito e Caução, veio dizer que o agroalimentar gerou, em 2018, um volume de negócios de 18 mil milhões de euros, agregando 24.607 empresas, 70% das quais micro.

Dados do Ministério da Agricultura mostram que as exportações atingiram 5016 milhões de euros em 2018, mais 3,1% face a 2017 e a 8,6% do total das exportações portuguesas. Considerando um horizonte mais alargado (2010-2018), as exportações deste setor aumentaram 56%, enquanto as importações no mesmo período apenas subiram 32%, revelando um ligeiro equilíbrio da balança comercial.

Na agricultura, também em 2018, só nas frutas, legumes e flores o volume de negócios ascendeu aos 3000 milhões de euros e as exportações tocaram, pela primeira vez, a barreira dos 1500 milhões. Os vinhos exportaram 803 milhões e o azeite 500 milhões.

Olhando para a União Europeia (UE), as exportações agroalimentares atingiram os 138 mil milhões de euros em 2018, de acordo com a Comissão Europeia, que nos diz que a agricultura, as indústrias e os serviços relacionados com

a alimentação, em conjunto, são responsáveis por quase 44 milhões de empregos. Estão contabilizadas cerca de 294 mil empresas (48,1% PME) que dão emprego a 4,57 milhões de pessoas.

Voltando a Portugal, já este ano, as exportações no agroalimentar cresceram mais que as importações até julho. Os dados divulgados pelo INE revelam que elas aumentaram 3,1% face ao período homólogo, 0,6% acima do crescimento de 2,5% das importações. Só as exportações do setor hortofrutícola ultrapassaram nos primeiros sete meses 900 milhões de euros (+11% face ao período homólogo), com destaque para a floricultura (+23%), os pequenos frutos (+22%), os produtos horticolas (+21,2%) e as frutas (+12,3%).

Em 2018, o défice da balança comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas) aumentou 80 milhões face a 2017, fixando-se em 3705,8 milhões de euros. Esta evolução desfavorável deveu-se ao aumento das importações (+261,9 milhões), que foi superior ao acréscimo das exportações (+181,8 milhões).

Apesar disso, segundo o INE, nesse ano, Portugal manteve-se autossuficiente nas produções de leite, ovos, azeite, vinho, arroz e tomate para indústria. Foi deficitário nos restantes produtos agrícolas, nomeadamente nas carnes, frutos, cereais (exceto arroz), batata, leguminosas secas, sementes e frutos de oleaginosas (exceto azeitona) e gorduras e óleos vegetais (exceto azeite).



PS – António Costa

"Promover a convergência dos pagamentos diretos do 1º Pilar da PAC; Discriminar positivamente, ao nível dos apoios do 2º Pilar da PAC, o sequeiro; Defender o reforço dos apoios aos pequenos agricultores; Promover a bioeconomia circular; Maximizar o pagamento mínimo por agricultor, no âmbito do Regime da Pequena Agricultura da PAC; Lançar a segunda fase do Programa Nacional de Regadios; Rever o cálculo do tarifário da água para rega".



BE – Catarina Martins

"Conclusão do Cadastro da Propriedade Rústica; Redução da área de eucalipto; Valorização da plantação de espécies autóctones; Fim de apoios públicos nacionais e comunitários a novas explorações agroflorestais e pecuárias intensivas e superintensivas; Campos de ensaio públicos para a transição ecológica agroflorestal; Direcionar a PAC para a transição ecológica das explorações agrícolas e florestais e de produção animal".



PAN – André Silva

"Cessar os apoios públicos à produção de carne e leite; Aumentar o IVA aplicável à aquisição de adubos e fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos utilizados na agricultura convencional para a taxa intermédia; Aumentar a Taxa de Recursos Hídricos (TRH) das atividades agrícolas intensivas, superintensivas e de produção animal; Criar um programa de conversão para a Agricultura Biológica; Proibir a produção e o cultivo comercial de OGM".



PSD – Rui Rio

"Implementar um Programa de Apoio ao Redimensionamento e Modernização das Cooperativas Agrícolas e de outras Organizações de Produtores; Criar uma Entidade Reguladora do Setor Agroalimentar; Crédito de campanha e crédito de funcionamento com um horizonte de médio prazo para investimentos realizados sem apoio do PDR; Criar um regime simplificado de política agrícola para os pequenos agricultores (Simplex agrícola)".



PCP – Jerónimo de Sousa

"Desenvolvimento da produção nacional – indústria, agricultura e pescas – analisando os impactos da economia digital; Garantir a soberania alimentar; Apoio preferencial da agricultura familiar (¾ das explorações); Apostar nos circuitos curtos de comercialização; Religar apoios à produção; Recuperar mecanismos de regulação do mercado (leite e vinha); Recuperação pelo Ministério da Agricultura dos campos de ensaio, laboratórios e bancos genéticos".



CDS – Assunção Cristas

"Reforçar a comparticipação nacional no financiamento Europeu à agricultura; Modernizar o Sistema de Seguros Agrícolas; Estimular o empreendedorismo rural jovem; Reduzir o défice agroalimentar; Dinamizando o cluster da Economia Azul, focando-nos na atração de Investimento Direto Estrangeiro; Sistematizar políticas numa Lei do Clima que estabeleça os objetivos para a neutralidade carbónica; Apostar no Mercado de Emissões de Carbono".

PDR 2020 com 54,6% de execução e MAR 2020 com 35,2%

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Programa Operacional MAR 2020, dedicado ao mar e às pescas e financiado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), pagou, até finais de agosto de 2019, "162,084 milhões de euros aos beneficiários finais", o que representa "35,2% de execução das verbas alocadas a Portugal" por aquele Fundo.

A informação foi avançada à "Vida Económica" por fonte oficial do Ministério do Mar, adiantando que "o Programa já comprometeu 73,1% do financiamento, ou seja, 348 milhões de euros, com os quais se avancam 463,9 milhões de euros de investimento público e privado".

O Ministério tutelado por Ana Paula Vitorino sublinha que, "comparativamente com os países da UE com envelopes financeiros semelhantes, como a Espanha, a França, a Itália, a Polónia e a Grécia, Portugal continua a apresentar uma taxa de execução superior à verificada nesses países".

Por outro lado, e em linha com o verificado em 2018, Portugal terá apresentado no mês de setembro "um pedido



de pagamento que lhe permitirá cumprir a regra do n+3, garantindo assim o aproveitamento integral dos fundos disponibilizados", revelou a mesma fonte.

Recorde-se que o Tribunal de Contas (TC) arrasou a execução do programa operacional MAR 2020, cuja entidade gestora é tutelada pelo Ministério do Mar. Num relatório publicado a 16 de abril, o TC constatou que o Programa Operacional (PO) "apresentava, em finais de 2017, uma taxa de execução financeira de 13%, quando os valores médios do Portugal 2020 se situavam

em 26%, indiciando dificuldades na sua execução".

"Os indicadores de realizações apontavam para um nível muito fraco de execução física (apenas cerca de 27% dos indicadores apresentavam realizações em linha com o previsto ou acima do previsto)", apontou o TC. E constatou que "24 dos 41 indicadores de realizações (perto de 60%) apresentavam execução nula".

O MAR 2020 está estruturado em sete eixos, com uma programação financeira para 2015-2020 – o Programa só foi aprovado no final de 2015 – de 392,5

milhões de euros oriundos do FEAMP, a que se somam 115,3 milhões de componente nacional, num total de 507,8 milhões de euros.

PDR 2020 com taxa de compromisso de 90,1%

Por seu lado, em agosto de 2019, o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) registava uma execução de 54,6%, de acordo com fonte oficial do Ministério da Agricultura. Portugal está, segundo a mesma fonte, "em quarto lugar entre os Estados-membros da UE com melhor execução do Programa".

Através do PDR 2020, "foram já pagos 2355 milhões de euros em apoios públicos aos agricultores portugueses", revelou o Ministério de Capoulas à "Vida Económica", frisando que "a taxa de compromisso é, neste momento, de 90,1%".

A dotação da PAC 2014-2020 para a UE28 ascendeu aos 408,31 mil milhões de euros, representando 38% do orçamento União e 0,38% do PIB da UE.

A Portugal coube uma dotação de 9,0 mil milhões de euros (4,9 mil milhões para despesas de mercado e pagamentos diretos e 4,057 mil milhões para o desenvolvimento rural).

PUB

VidaEconómica

Ferramentas essenciais para si ou para a sua empresa.



Marketing Agroalimentar

Páginas: 256

PVP: €17.90



Os Trilhos do Marketing Agroalimentar

Páginas: 195

PVP: €16.60

PACK ESPECIAL
POR APENAS
25€
(IVA INCL.)

NÃO PERCA!

PORTES GRÁTIS*

* Nas encomendas de valor inferior a 20€ acrescem 3€ para despesas de expedição.

<http://livraria.vidaeconomica.pt> ☎ 223 399 400

VidaEconómica R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c • 4000-263 PORTO

Encomende já:
encomendas@vidaeconomica.pt

Nestlé vende edifício-sede em Linda-a-Velha e passa de sociedade anónima a unipessoal

A Nestlé Portugal chegou a acordo em setembro com a MPEP, subsidiária portuguesa da imobiliária espanhola Merlin Properties SOCIMI, para a alienação do seu edifício-sede em Linda-a-Velha por 12,5 milhões de euros. Assume-se, a partir daqui, como inquilina do imóvel por 12 anos.

A decisão “está em linha com a estratégia de investimento da Nestlé em Portugal”, justifica à “Vida Económica” o diretor de comunicação do grupo. Gonçalo Granado garante que “a Nestlé não tem qualquer intenção de alienar os restantes ativos que mantém em Portugal”, nem pondera vir a abandonar a sua presença industrial em Portugal ou diminuir a sua atividade fabril.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Tratou-se de uma operação de ‘Sale & Leaseback’ (operação de venda e posterior arrendamento) do edifício-sede localizado no concelho de Oeiras. A Nestlé alega a necessidade de ampliar a sua capacidade e de adaptar o espaço para acomodar uma população de 1100 pessoas. Tudo, diz, devido ao “crescimento contínuo” que a subsidiária portuguesa da multinacional suíça registou nos últimos três anos, em particular com a entrada em funcionamento de dois centros de serviços partilhados (Nestlé Business Services Lisbon e Nespresso Global Supply Chain Hub) e que “requerem uma transformação completa naquilo que será o novo Nestlé Campus”.

As obras de adaptação do imóvel ficarão, porém, a cargo da imobiliária. Arancam este mês de outubro e estarão “finalizadas no início de 2021”.

A “Vida Económica” questionou a Nestlé sobre o porquê da necessidade de vender o imóvel para adaptar o edifício. A resposta veio por email: “a alienação em causa está em linha com a estratégia de investimento da Nestlé em Portugal, que privilegia os investimentos que potenciam o incremento da inovação no seu portefólio, ou seja, na introdução de melhorias contínuas nas suas duas fábricas em Portugal (multiproduto em Avanca e cafés torrados no Porto) e no Centro de Distribuição de Avanca”.

Posto isto, a pergunta impõe-se: após os 12 anos de arrendamento a que agora fica vinculada, a Nestlé pondera abandonar as instalações em Linda-a-Velha? Gonçalo Granado explica que “o prazo estabelecido no contrato é já por si superior à prática do grupo Nestlé, o que evidencia o espírito de parceria a longo prazo que se pretende manter com



Paolo Fagnoni, diretor-geral da Nestlé em Portugal.

o novo proprietário do edifício-sede da Nestlé em Linda-a-Velha”. Adiantou ainda que “é prematuro estabelecer uma intenção que vá além do prazo contratualizado”.

Apesar da venda deste imóvel, a empresa portuguesa liderada pelo italiano Paolo Fagnoni “não tem qualquer intenção de alienar os restantes ativos que mantém em Portugal”, garante o diretor de comunicação à “Vida Económica”.

Pelo contrário, “as fábricas da Nestlé em Portugal são polos de excelência dentro do grupo para o fabrico de produtos à base de cereais (Avanca) e de café torrado (Porto)”. Aliás, diz, “ambas receberam recentemente fortes investi-

mentos para a produção de novos produtos, como os novos ‘snacks’ bio para bebés (Nutripuffs) em Avanca e a produção do novo NESCAFÉ em grão e café da marca STARBUCKS no Porto”.

Justamente em Avanca, depois do lançamento da gama NATURNES Bio, que disponibiliza produtos elaborados com ingredientes certificados e provenientes de origem biológica, a marca entrou agora num novo segmento: os ‘snacks’ nutritivos biológicos para bebés disponíveis em quatro variedades: Banana, Framboesa, Tomate e Cenoura.

As duas unidades industriais, assegura Gonçalo Granado, são, portanto, “dois polos de inovação no portefólio da Nes-

tlé em Portugal e, por via da exportação, de dezenas de países em todos os continentes”.

As vendas da Nestlé em Portugal maram 500 milhões de euros em 2018, representando um crescimento orgânico, incluindo as exportações, de 3,2% face ao ano anterior.

Mudança para unipessoal em nome da “simplificação da estrutura dos órgãos sociais”

As novidades na Nestlé em Portugal não se ficam por aqui. Já este ano, a empresa mudou a designação social, passando a designar-se Nestlé Portugal – Unipessoal, Lda.

Fundada em Vevey, na Suíça, em 1867 pelo farmacêutico de origem alemã Henri Nestlé, a companhia instalou-se em Portugal em 1923, através da criação da Sociedade de Produtos Lácteos, Lda., tendo como principal sócio o professor e prémio Nobel da Medicina Egas Moniz. Nascia, assim, em Santa Maria de Avanca a primeira fábrica portuguesa de leite em pó simples, o embrião do que é hoje a Nestlé Portugal.

Foi em 1973 que a então Sociedade de Produtos Lácteos passou a designar-se Nestlé Produtos Alimentares, SARL. Em 2003, dá-se a incorporação da Nestlé SGPS na Nestlé Portugal SA. Em 2006, foi constituída a ‘joint-venture’ Lactalis Nestlé Produits Frais para o negócio de iogurtes e sobremesas lácteas na Europa. Em Portugal, este negócio é gerido pela Sociedade Longa Vida – Indústrias Lácteas, S.A., que passou a integrar a ‘joint-venture’ Lactalis Nestlé Produits Frais.

E é no início deste ano de 2019 que se dá uma nova mudança da designação social. De Nestlé Portugal, S.A., a sociedade alterou a sua designação para Nestlé Portugal, Unipessoal, Lda.

A “Vida Económica” questionou a empresa sobre esta mudança. O diretor de comunicação, Gonçalo Granado, desvalorizou, afirmando que “a transformação de Sociedade Anónima em Unipessoal, Lda visou apenas a simplificação da estrutura dos órgãos sociais”.

Ora, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, republicado pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de outubro, uma sociedade unipessoal, por quotas, é uma forma societária onde todo o capital da empresa está na posse de um único titular. Por outro lado, e quanto aos efeitos da unipessoalidade (Art.º 270.º-C), “uma pessoa singular só pode ser sócia de uma única sociedade unipessoal por quotas” e, além disso, “uma sociedade por quotas não pode ter como sócio único uma sociedade unipessoal por quotas”.

Por isso perguntámos quem é, afinal, o único acionista da Nestlé em Portugal. O diretor de comunicação não se alongou em comentários. Respondeu, por email, que “a alteração da natureza legal da Nestlé em Portugal não implicou qualquer mudança na estrutura acionista, mantendo-se a Nestlé España, SA”.

Nestlé inaugura centro de investigação para embalagens

A Nestlé inaugurou a meados de setembro, no Nestlé Research, em Lausanne, na Suíça, o Institute of Packaging Sciences, o primeiro do género na indústria alimentar e com o objetivo de ter “100% de embalagens recicláveis ou reutilizáveis até 2025”.

“O novo Instituto permite que a Nestlé acelere os seus esforços para trazer ao mercado soluções funcionais, seguras e ecologicamente corretas para enfrentar o desafio global dos resíduos de embalagens plásticas”, afirma a empresa através de um comunicado.

Mark Schneider, CEO da Nestlé, afirmou na cerimónia da inauguração que “a nossa visão é a de um mundo em que nenhuma das nossas embalagens acaba em aterros ou como lixo. Para isso, apresentamos soluções de embalagens reutilizáveis e materiais de embalagem pioneiros e ecológicos”. Além disso, a empresa garante que está a “apoiar o desenvolvimento de infraestruturas locais de reciclagem e sistemas de depósito para ajudar a moldar um mundo sem resíduos”.

O Institute of Packaging Sciences da Nestlé permite à multinacional suíça

“criar um forte ‘pipeline’ de soluções de embalagem sustentáveis” para os seus produtos e “transversal a todos os negócios e em todos os países” onde operam. O Instituto concentra várias áreas de ciência e tecnologia, como embalagens recarregáveis ou reutilizáveis, materiais de embalagem simplificados, materiais de embalagem reciclados, papéis de barreira de alto desempenho, bem como materiais de base biológica, compostável e biodegradável.

Stefan Palzer, Chief Technology Officer da Nestlé, afirma que “reduzir o desperdício de plástico e mitigar os efeitos das alterações climáticas por meio de tecnologia de ponta e design de produtos são uma prioridade para nós”. Os especialistas da companhia estão a codesenvolver e a testar os novos materiais e sistemas de embalagem ecológicos, juntamente com os centros de desenvolvimento da Nestlé, os seus fornecedores e outras instituições de pesquisa e start-ups.

A Nestlé é a maior companhia mundial de alimentação e bebidas. Está presente em 189 países e emprega 323 mil colaboradores.

FEFAC lança campanha 'European Livestock Voice'

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A FEFAC - Federação Europeia dos Fabricantes de Alimentos (European Feed Manufacturers' Federation, na signa em inglês), apoiada por várias organizações congêneres, entre elas a portuguesa IACA - Associação dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais, lançou em setembro, com o "apoio de alguns eurodeputados", a campanha "European Livestock Voice". Trata-se de uma plataforma que pretende ser "a voz do setor na União Europeia".

A Federação considera que "o setor pecuário está hoje no epicentro de debates públicos na Europa e a nível mundial, que têm sido dominados por grupos de interesse que apenas pretendem espalhar mitos e visões radicais sobre a atividade pecuária". O problema é que, diz a FEFAC, esses "mitos e opiniões", "ampliados pelas redes sociais e pela imprensa", acabam por "retratar uma imagem que nada tem a ver com a realidade vivida todos os dias por milhares de agricultores e profissionais europeus que trabalham no terreno, em toda a fileira".

A FEFAC foi fundada em 1959 por cinco associações nacionais de alimentos (França, Bélgica, Alemanha, Itália e Holanda). Agrega hoje 24 associações nacionais em 23 Estados-membros da UE (entre elas a IACA) como membros de pleno direito, bem como associações na Suíça, Turquia, Noruega, Sérvia e Rússia com estatuto de observador/associado. Tem ainda estatuto de observador no CODEX Alimentarius.

"Espinha dorsal das zonas rurais da Europa"

Para combater essa "desinformação", a European Livestock Voice desenvol-

veu o seu próprio centro de informação, um portal

online (<https://meatthefacts.eu/>) que "revê com exatidão as afirmações mais frequentes sobre a produção animal, o consumo e

os seus benefícios que des-

cios". Entre os que querem ver mistificados, há quatro principais. São eles:

"NÃO - Um quilo de carne não exige 15 mil litros de água para ser produzida"; "SIM - A dimensão média das explorações pecuárias na Europa é inferior a 50 hectares e a Europa continua a ser um modelo de agricultura familiar"; "NÃO - A utilização de terrenos para alimentação animal não compete necessariamente com a alimentação humana"; "SIM - Os agricultores europeus cuidam dos seus animais, pois é plenamente do seu interesse assegurar a saúde e bem-estar dos seus animais".

A plataforma "acredita" e está "convencida" que "o modelo de pecuária da União Europeia [UE], baseado em estruturas agrícolas diversificadas, locais e familiares, é a espinha dorsal das zonas rurais da Europa". Tanto mais porque "apoia um grande número de postos de trabalho e de indústrias, contribui para a abordagem circular no seio da bioeconomia da UE, assegurando simultaneamente um aprovisionamento estável e acessível de alimentos suficientes, seguros e nutritivos, bem como de muitos outros produtos e subprodutos, necessários para um estilo de vida saudável ou indústrias criativas da Europa".

Para os promotores da plataforma, "remover a pecuária da Europa teria consequências severas, conduzindo ao abandono e a (mais) desertificação, sobretudo em Portugal". Aliás, acrescentam, "sem animais, a Europa perderia terras de pastagem essenciais, enfrentaria mais incêndios florestais, necessitaria de mais fertilizantes orgânicos, energia verde e muitas outras matérias-primas essenciais, contribuindo para um maior êxodo rural". E, "ao mesmo tempo, teria de se basear nas importações de produtos de origem animal, com menos controlo sobre as normas de produção e potenciar a procura de materiais à base dos combustíveis fósseis".



Projeto PEFMED ajuda a reduzir a pegada ambiental

As empresas de alimentos para animais definiram como meta reduzir o impacto ambiental. E o projeto PEFMED - Mediterranean Product Environmental Food Print, que mede e classifica, de forma voluntária, a pegada ambiental do setor, pode ajudar nesse desiderato. Esta iniciativa industrial, na bacia mediterrânica, "pretende contribuir para tornar o setor mais amigo do ambiente, inovador e transparente através de uma certificação ambiental".

O secretário-geral da IACA - Associação dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais, Jaime Piçarra, explicou, aquando da apresentação das conclusões do projeto em fevereiro na FIL (Lisboa), que Portugal é o primeiro país europeu a implementar esta ferramenta através de um projeto piloto realizado numa empresa portuguesa. Note-se que o PEFMED considera os impactos de um produto ao longo do ciclo de vida, desde o cultivo e aprovisionamento de matérias-primas, até à transformação, transporte, utilização e até à eliminação e reciclagem.

As empresas associadas da IACA dão emprego a cerca de 3500 pessoas e movimentam anualmente cerca de 1400 milhões de euros (cerca de 12% da indústria agroalimentar). Mas, se a este valor se somar o gerado pela atividade pecuária, o volume de negócios conjunto atinge 2760 milhões de euros.

A adesão da IACA ao projeto PEFMED integra-se na estratégia da Federação Europeia de Fabricantes de Alimentos Compostos (FEFAC) e na Visão 2030 da Associação.

Superfície disponível para a agricultura está "a diminuir progressivamente" na UE

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O estudo científico e prospetivo "A agricultura de precisão e o futuro da exploração agrícola na Europa" divulgado em finais de agosto pelo Parlamento Europeu (PE) mostra que, em 2013, existiam 10,8 milhões de explorações agrícolas na UE, que ocupavam 174 milhões de hectares.

Diz o PE que a mão de obra agrícola regular (excluindo os trabalhadores sazonais) compreendia 22,2 milhões de pessoas. Na UE, as explorações com um produtor singular empregam 86% da mão de obra ativa (medida em unidades de trabalho-ano-UTA). Por sua vez, as explorações agrícolas pertencentes a

pessoas coletivas empregam 12% e as explorações associadas empregam 2% das UTA.

Entre 2010 e 2013, o número de explorações desceu 11,5%, de 12 para 10,8 milhões. A taxa anual de diminuição, entre 2005 e 2013, foi de 3,7%, sendo que o número de trabalhadores agrícolas regulares desceu 12,8%, de 25 milhões em 2010 para 22 milhões em 2013.

Por seu lado, em termos de superfície, a média da produção-padrão nos diferentes Estados-membros "varia entre 527 e 11095 euros por hectare". Uma parte desta diferença pode ser atribuída à diversidade particular das atividades agrícolas.

O PE é taxativo: "a agricultura mun-



dial enfrenta um conjunto de desafios importantes nos próximos anos". Entre eles, o crescimento rápido da população mundial, as alterações climáticas, o aumento da procura de energia, a escassez de recursos, a urbanização acelerada, as mudanças nos regimes alimentares, o envelhecimento da população nas zonas rurais em países desenvol-

vidos, o aumento da concorrência nos mercados mundiais, a falta de acesso ao crédito e a apropriação ilegal de terras em muitos países em desenvolvimento.

Por outro lado, "em geral, na UE, a superfície disponível para a agricultura está a diminuir progressivamente com o aumento da silvicultura e da urbanização". Dos terrenos agrícolas na UE, 60% são culturas arvenses, 34% pastagens permanentes e 6% culturas permanentes, tais como, fruta, bagas, frutos de casca rija, citrinos, oliveiras e vinhas. O total de superfície agrícola utilizada é de 174 milhões de hectares (40% da área agrícola da UE).

O PE lança um aviso: "a produtividade tem de aumentar se quisermos manter ou aumentar a produção".